



## PARTE A

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### Gabinete do Presidente

##### Despacho n.º 9182/2012

Nos termos dos artigos 6.º, n.º 1, e 16.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de abril, nomeio ajudante de campo o Major Rui Miguel de Sousa Ribeiro Rebordão de Brito, com efeitos a partir de 5 de julho e em regime de comissão normal.

27 de junho de 2012. — O Presidente da República, *Aníbal Cavaco Silva*.

206220324

##### Despacho n.º 9183/2012

Nos termos dos artigos 6.º, n.º 1, e 16.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de abril, exonero, a seu pedido, o ajudante de campo Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel do Vale Cruz, com efeitos a partir de 4 de julho de 2012.

27 de junho de 2012. — O Presidente da República, *Aníbal Cavaco Silva*.

206220179



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

##### Despacho n.º 9184/2012

Considerando que foi aprovada a orgânica da Presidência do Conselho de Ministros pelo Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, no âmbito da qual se definiu, na área dos serviços e organismos da cultura, a criação da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e a extinção do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P., do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., e da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo por fusão naquela Direção-Geral;

Considerando a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, que aprovou a orgânica da DGPC;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, que aprova a orgânica da Direção-Geral do Património Cultural, do disposto no n.º 5 do artigo 16.º e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de dezembro, na redação atual, e, ainda, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em regime de substituição, a Prof.ª Doutora Ana Catarina de Freitas Alves Bravo de Sousa para exercer o cargo de Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Património Cultural, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício das referidas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de junho de 2012.

29 de junho de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Francisco José Viegas*.

##### Sinopse curricular

###### I — Dados pessoais:

Nome: Ana Catarina de Freitas Alves Bravo de Sousa;  
Data de nascimento: 15 de novembro de 1971.

###### II — Habilitações académicas:

1993 — licenciatura em História, variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

1997 — mestrado em Pré-História e Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, classificação máxima, com as especiais felicitações do júri;

2010 — doutoramento na área de especialização em Pré-História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Prof. Doutor Victor S. Gonçalves, classificação máxima, atribuída por unanimidade.

###### III — Experiência profissional:

De 2011 a 2012 — subdiretora do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P.;

Desde 2011 — professora auxiliar convidada da Faculdade de Letras de Lisboa, Departamento de História;

De 2007 a 2010 — assistente convidada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Departamento de História.

De 1997 a 2011 — coordenadora do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra;

De 1995 a 2011 — investigadora do Grupo I da UNIARQ, do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

###### IV — Participação/coordenação de projetos:

Projetos de valorização: coordenação da Unidade de trabalho de Investigação Arqueológica da Rota Histórica das Linhas de Torres;

Direção de projetos de valorização em 6 fortes de Mafra;

Projetos de investigação (direção): Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (2002-2005; 1998-2002; 2010-2013.);

Projetos de minimização de impactos no âmbito de Estudos de Impacto Ambiental: Planificação, acompanhamento e coordenação da minimização de impactos na Autoestrada A 21;

Colaboração na coordenação de Bloco 6 — plano de minimização da Barragem do Alqueva (1998-2002);

Direção de trabalhos arqueológicos (escavação) em 47 sítios arqueológicos: Estudos monográficos inseridos em projetos de investigação na área da Pré-História (Neolítico e Calcolítico); Rota Histórica das Linhas de Torres; Intervenções de emergência/salvaguarda em Mafra; Minimização de impactos na A 21 e na Barragem do Alqueva.

###### V — Divulgação científica:

Organizadora e formadora de ações de formação na área do património arqueológico (2005-2011);

Membro de comissões científicas ou de organização de encontros, seminários ou conferências científicas (6 colóquios nacionais e internacionais);

Comissária de exposições monográficas de Arqueologia no Complexo Cultural Quinta da Raposa (Mafra) e Palácio Nacional de Mafra.

## VI — Publicações selecionadas:

Autora de 4 livros, 12 capítulos de livro; 15 comunicações em obras coletivas nacionais e internacionais; 25 artigos em revistas nacionais e internacionais, editora de 7 obras coletivas;

Publicações na área da Pré-História, divulgação do património arqueológico, metodologias científicas em Arqueologia e Património.

206222293

**Despacho n.º 9185/2012**

Considerando que foi aprovada a orgânica da Presidência do Conselho de Ministros pelo Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, no âmbito da qual se definiu, na área dos serviços e organismos da cultura, a criação da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e a extinção do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P., do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., e da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo por fusão naquela direção-geral;

Considerando a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, que aprovou a orgânica da DGPC;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, que aprova a orgânica da Direção-Geral do Património Cultural, do disposto no n.º 5 do artigo 16.º e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de dezembro, na redação atual, e, ainda, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em regime de substituição, o mestre Luís Filipe da Costa Tôres Capaz Coelho para exercer o cargo de subdiretor-geral do Património Cultural, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício do referido cargo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de julho de 2012.

29 de junho de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Francisco José Viegas*.

**Sinopse curricular**

## I — Dados pessoais:

Nome: Luís Filipe da Costa Tôres Capaz Coelho.

Data de nascimento: 25 de dezembro de 1964.

## II — Habilitações académicas:

1992 — Licenciatura em Gestão pela Universidade Lusíada de Lisboa.

1996 — MBA em Gestão, com especialização em Planeamento Estratégico, pelo ISEG.

1998 — Mestrado em Gestão, pelo ISEG.

2010 — Conclusão da componente escolar no Doutoramento em Gestão pela Universidade Lusíada de Lisboa.

## III — Experiência profissional:

No desempenho de funções públicas:

Entre setembro de 2011 e fevereiro de 2012, diretor do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P. No desempenho destas funções presidiu à secção especializada de Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura.

Desde dezembro de 2009 — Subdiretor do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P. No desempenho destas últimas funções integrou, como secretário, a Secção de Património Arquitetónico e Arqueológico, do Conselho Nacional de Cultura.

Desde maio de 2007 até à presente data — Diretor do Departamento de Gestão do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P., equiparado a diretor de serviços, encontrando-se com a comissão de serviço suspensa.

Desde junho de 2006 até abril de 2007 — Diretor do Departamento Financeiro e de Administração do Instituto Português do Património Arquitetónico, equiparado a diretor de serviços.

Desde janeiro de 2000 até junho de 2006 — Diretor do Departamento de Gestão do Instituto Português de Conservação e Restauro, equiparado a diretor de serviços.

Desde 2000 ao presente — Técnico superior, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P.

Desde 1992 até 2000 — Técnico superior, assessor principal, do Ministério da Agricultura, do quadro da extinta Direção-Geral do Desenvolvimento Rural, tendo exercido funções no âmbito da análise e gestão de projetos de investimento, do I e II Quadros Comunitários de Apoio, e da gestão financeira e patrimonial.

No desempenho de funções privadas:

Desde 1992 — Professor universitário na Universidade Lusíada para as áreas financeira, estratégia empresarial e gestão de *stocks*, tendo

leccionado disciplinas nas licenciaturas de Gestão, Economia, Gestão de Recursos Humanos e Contabilidade.

Exerceu funções de consultor da CEGOC — TEA, para a área financeira e da estratégia empresarial, tendo ministrado cursos de formação nas áreas das Finanças para não Financeiros, Gestão de Stocks e Compras, Gestão de Projetos, Recuperação de Crédito, Projetos de Investimentos, Gestão de Tesouraria, entre outros, a quadros superiores de empresas como CIMPOR, S. A., CECIL S. A., UM CER, S. A., Renault Gest, Bosh, S. A., KPMG, SIVA, S. A., PT, S. A., NOVARTIS, S. A., SOPORCEL, S. A., Victória Seguros S. A., entre outras.

Quadro superior de uma instituição bancária e colaborador de uma instituição de *trading*.

## IV — Formação profissional relevante:

Seminários: «Prepare-se para o novo POCP»; «Como definir os objetivos qualitativos e quantitativos nos serviços da Administração Pública»; Seminário de Alta Direção.

Cursos: «Contabilidade na A. P. — FSA»; «O novo regime jurídico das despesas públicas, Decreto-Lei n.º 197/99»; «Aquisições e Despesas Públicas»; «Regime Jurídico de Pessoal»; «Contabilidade Pública com Controlo Orçamental»; «Planeamento e Controlo de Gestão»; «Preparação de Planos e Relatórios de Atividades»; «Antecipando o Futuro: Os Benefícios e as Melhores Práticas de Planeamento Estratégico no Setor Público»; «Good Practices in Public Setor Human Resources Management: The Way Forward»; «Aspetos teórico-práticos do POCP»; «O Novo SIADAP — Avaliação e Gestão do Desempenho»; CAF — Estrutura Comum de Avaliação; «O Novo Regime da Contratação Pública».

Conferências: «Novo Regime de Aquisições de Bens e Serviços por Entidades Públicas — Decreto-Lei n.º 197/99»; 3.º Congresso Nacional da Administração Pública: «O Novo Ciclo de Desenvolvimento da A. P.»

## V — Trabalhos escritos:

«A distribuição e a refinação dos produtos petrolíferos na Europa Comunitária. Fatores condicionantes das estratégias dos MAJORS» — dissertação de mestrado.

«Desajustamento entre Estrutura da Oferta e a Estrutura da Procura de Produtos Petrolíferos: A Estratégia das Companhias no espaço da U. E.» — trabalho apresentado, em coautoria, nas VII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica.

Diversos manuais de formação e sebtentas universitárias.

206222203

**Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P.****Anúncio n.º 13224/2012****Projeto de Decisão relativo à classificação como Monumento de Interesse Público (MIP) da Casa Mariz Sarmento e Capela de S. Caetano, freguesia de Aguas Revés, concelho de Valpaços, distrito de Vila Real, e à fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP).**

1 — Nos termos dos artigos 23.º e 44.º e para os efeitos dos artigos 25.º e 45.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, faço público que, com fundamento em Parecer da Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura (SPAA — CNC) de 29/02/2012, é intenção do IGESPAR, I. P. propor a S. Ex.ª o Secretário de Estado da Cultura a classificação como Monumento de Interesse Público da Casa Mariz Sarmento e Capela de S. Caetano, situada na freguesia de Aguas Revés, concelho de Valpaços, distrito de Vila Real, bem como a fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP), conforme planta de delimitação anexa, a qual faz parte integrante do presente Anúncio.

2 — Nos termos dos artigos 27.º e 46.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, os elementos relevantes do processo estão disponíveis nas páginas eletrónicas dos seguintes organismos:

a) Direção Regional de Cultura do Norte (DRCNorte), [www.culturaranorte.pt](http://www.culturaranorte.pt);

b) IGESPAR, I. P., [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt);

c) Câmara Municipal de Valpaços, [www.valpacos.pt](http://www.valpacos.pt).

3 — O processo administrativo original está disponível para consulta na Direção Regional de Cultura do Norte (DRCNorte) — Direção de Serviços dos Bens Culturais — Casa de Ramalde, Rua Igreja de Ramalde, 4149—011 Porto.

4 — Nos termos do artigo 26.º e do n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, a consulta pública terá a duração de 30 dias úteis.

5 — Nos termos do artigo 28.º e do n.º 4 do artigo 45.º do mesmo decreto-lei, as observações dos interessados deverão ser apresentadas